

## APRESENTAÇÃO

O livro que ora apresentamos ao leitor<sup>1</sup> traz textos sobre o Trabalho e a Formação em Serviço Social e configura-se como uma edição bilíngue (português e espanhol)<sup>2</sup>, com a participação de autores de 15 (quinze) países, localizados na Europa, África, América do Sul e América Central/Caribe. A publicação resulta de palestras ministradas em Atividade Complementar de Estudos Programados (ACEP), realizada no 1º semestre de 2024, e vinculada ao Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Trabalho, Educação e Serviço Social (TEIA), ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional - ambos pertencentes à Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, Brasil – e, ainda, à Rede Iberoamericana de Investigação em Serviço Social/Red Iberoamericana de Investigación em Trabajo Social<sup>3</sup>.

A ACEP ocorreu semanalmente e objetivou apresentar ao público participante – assistentes sociais, docentes e estudantes de Graduação e Pós-Graduação de diversos países -, de forma remota, um panorama do Serviço Social em tais países, com enfoque no Trabalho e na Formação de assistentes sociais. Cada encontro foi ministrado por dois convidados (assistentes sociais e/ou docentes), um que abordou o tema referente ao trabalho de assistentes sociais e, o outro, tratou da formação em Serviço Social, considerando a particularidade de cada país.

Decorrente da ACEP, organizamos e apresentamos ao leitor a presente obra, como forma de difundir o debate realizado na Atividade a um público mais amplo e diversificado. A coletânea está organizada em 15 (quinze) capítulos, cada qual resultante de um encontro na Atividade.

O primeiro capítulo – “Serviço Social em Portugal: institucionalização e desenvolvimento da formação e da profissão” – de autoria de Fernanda Rodrigues e Júlia Cardoso, aborda o processo de institucionalização da profissão, desde o período de instauração e consolidação do Estado Novo (de 1933 e 1974), com Antonio de Oliveira Salazar. As autoras analisam a profissão no seu percurso de 4 (quatro) décadas – influenciada pelo contexto ditatorial e pelo movimento higienista e da medicina social - e afirmam que a mesma, no contexto de mudanças na sociedade portuguesa no final da década de 1960, também adota posições de natureza político-ideológica de cariz católico/progressista, que rompiam com o quadro político vigente e com a direção dada pela Associação de Serviço

---

<sup>1</sup> Não utilizaremos a flexão dos artigos para o gênero feminino, a fim de não tornar a leitura cansativa. Contudo, cabe-nos assinalar que a profissão do Serviço Social é constituída majoritariamente por mulheres, em praticamente todos os países aqui apresentados, sendo, portanto, uma profissão atravessada com todas as questões de Gênero, articuladas às de Raça/Etnia e Classe.

<sup>2</sup> Cabe registrar que mantivemos as particularidades da linguagem de cada país. Portanto, o leitor perceberá diferenças no Português do Brasil, Portugal e de países africanos.

<sup>3</sup> Rede de Pesquisa que tem na sua Comissão Coordenadora, a profa. Yolanda Guerra (as demais coordenadoras são as professoras Virginia Alves Carrara (Coordenação Geral), Alcina Martins (Portugal) e Fernanda Caro (Espanha). A docente Yolanda Guerra foi Professora Visitante do PPGSSDR/UFF nos anos de 2023/2024, com bolsa de Professora Visitante FAPERJ. Agradecemos à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), pelo apoio, por meio da concessão da bolsa de Professora Visitante e, também, de recurso destinado ao PPGSSDR/UFF para editoração da presente obra. Agradecemos, ainda, ao PPGSSDR/UFF, pela oportunidade de ministrar a ACEP, que gerou a presente publicação.

Social à época. Em um segundo momento, as autoras nos apresentam como se desenvolveu o trabalho dos assistentes sociais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, alargados sobretudo após a instauração da democracia, no pós-25 de abril de 1974 e, nos anos 1990, indicam as transformações, limites e desafios nos campos de trabalho profissional, tal como a diversificação de profissões que disputam espaços e tradicionais ações relacionadas à intervenção do assistente social em Portugal. Outrossim, no campo da formação, as autoras analisam o Processo de Bolonha e como a redução do tempo de formação, na União Europeia, trouxe consequências para a qualidade do processo formativo, tanto do ponto de vista metodológico como de reflexão ética e política. Por fim, após expor como se organiza a formação em Serviço Social no país e seus desafios, as autoras referem-se ao aspecto organizativo da categoria e citam a recém-criada Ordem dos Assistentes Sociais, que, para as mesmas, fortalecerá a profissão no país.

O capítulo 2 nos traz um panorama do Serviço Social na Espanha. Intitulado “El Trabajo Social en España: evolución y consolidación del Trabajo Social como disciplina y profesión” e de autoria de Emiliania Vicente e Fernanda Caro, o capítulo apresenta, inicialmente, uma descrição dos diferentes tipos de Estado de Bem-Estar que se desenvolveram na Europa, para, então, caracterizar o Estado de Bem-Estar Social espanhol. Tal Estado se configura pela influência da Igreja Católica, com ações de caráter assistencialista e paternalista, com uma progressiva penetração de entidades mercantis na prestação de serviços sociais. Nesse contexto, desenvolve-se o Serviço Social na Espanha. Quanto à formação, as autoras nos informam que foi a partir do Processo de Bolonha que a profissão de Serviço Social conseguiu equiparar-se a demais profissões, alcançando – ainda que com todos os limites e contradições de tal Processo – graus mais elevados do ponto de vista acadêmico, como o Doutorado. Em seguida, apresentam como a profissão se organiza na Espanha, o papel do Conselho Geral de Serviço Social na regulação da profissão, da formação e da produção de conhecimento e, ainda, a questão da Ética profissional, além do intenso processo de internacionalização/mobilidade de profissionais de Serviço Social na Europa. As autoras trazem, ainda, uma problematização relacionada ao processo de formação em Serviço Social na Espanha, destacando limites em relação à dupla titulação, que configura uma formação polivalente, não capacita para a intervenção profissional especializada e faz com que haja um predomínio da ação sobre a reflexão. Por fim, afirmam que formação e investigação, incidência política, social e institucional e defesa dos direitos humanos são imprescindíveis para superar a invisibilidade social e institucional, a precarização e a redução do Serviço Social a um mero provedor de recursos.

O capítulo seguinte, de Hinervo Chico Marqueza e Capito Luís Tomás Semente, nos trouxe um panorama do Serviço Social em Moçambique. Os autores indicam o início do século XX, no contexto do colonialismo português, como a primeira forma de Trabalho Social no país, ainda sem a devida institucionalização da profissão. As primeiras ações sociais desenvolvidas tinham como objetivo atenuar a situação social e proporcionar certa estabilidade, defendendo a imagem do Estado Português. No segundo momento, no final dos anos 1950, com a Lei da Descolonização, houve mudanças relacionadas ao Trabalho Social e, como momento marcante, a abertura da primeira Escola de Serviço Social em Moçambique a partir de 1962. Após a Independência de Moçambique, em 25 de junho de

1975, o Estado cria instituições sociais com o objetivo de responder às manifestações da “questão social”. Os autores analisam que as políticas voltadas à vulnerabilidade e pobreza têm sido muito limitadas desde o período pós-independência até a atualidade, com medidas de curto prazo para tratar das necessidades imediatas de grupos vulneráveis específicos, com indicadores sociais muito frágeis. Ao abordar o Serviço Social em Moçambique, os autores nos informam que a profissão ainda não está legislada e/ou regulamentada, não há uma base de dados do número exato de profissionais que atuam na área. Observam, também, a necessidade de reconhecimento da profissão, o que tem requerido a abertura de um diálogo com outras profissões e com a sociedade em geral. Salientam, assim como em outros países, a influência do positivismo e funcionalismo norte-americanos. Por fim, destacam como desafio a ser enfrentado coletivamente a ausência de autonomia por parte da Associação dos Assistentes Sociais de Moçambique (AASMO) diante das instituições governamentais e político-partidárias, bem como, a necessidade de a mesma conquistar, entre os profissionais, maior legitimidade e reconhecimento.

O 4º capítulo – Formação e trabalho em Serviço Social em Angola – de autoria de Amor António Monteiro e Simão João Samba – apresenta a institucionalização do Serviço Social por meio da relação entre Estado português colonizador e Igreja Católica. Após tal análise, indicam que a formação do assistente social em Angola é marcada por uma “tecnificação do profissional”, inexistência de uma corrente ou teoria social como privilegiada ou “hegemônica”, o que coloca “fronteiras muito tênues entre um ecletismo desavisado e um pluralismo inconsciente”. Sobre os espaços de trabalho dos assistentes sociais, os autores nos apresentam um panorama e indicam que a maior parte se encontra empregada no Estado, na área de Saúde. Por fim, pontuam desafios ao Serviço Social, tanto no âmbito da formação quanto na do trabalho, alguns aqui destacados: dar visibilidade à profissão e ao trabalho realizado pelos assistentes sociais; efetivar os intercâmbios com as organizações profissionais de Serviço Social de outros países; realizar revisão curricular; reforçar a organização profissional no país e ampliar articulações com outras profissões; elaborar o Código de Ética dos Assistentes Sociais; dialogar com os movimentos sociais; investir na construção do projeto ético-político da profissão em Angola e de uma cultura política que caminhe da institucionalidade legal de direitos para a prática efetiva dos direitos consagrados na Constituição; fortalecer a formação contínua dos profissionais.

Em seguida, temos o capítulo sobre o trabalho e a formação do Serviço Social em Cabo Verde. De autoria de Ludmila Ailine Pires Évora e intitulado “O percurso do Serviço Social em Cabo Verde: da assistência à precarização do trabalho profissional”, a autora analisa, inicialmente, as 3 (três) gerações de assistentes sociais, considerando a colonização portuguesa, o contexto de Independência, na década de 1970 e, por fim, a implementação de medidas neoliberais no país. A autora apresenta uma caracterização do país, diferentes expressões da “questão social” e problematiza a dificuldade de institucionalização do Serviço Social, sendo tais profissionais preteridos em relação a profissionais de áreas como as das Ciências Sociais. Além disso, a autora alerta para o problema da precarização do trabalho profissional, que se expressa no desemprego de longa duração e nas condições desfavoráveis dos contratos de trabalho e se aprofunda no contexto do avanço dos ajustes neoliberais e da reestruturação produtiva, dada a ausência de uma legislação própria ou um Código de Ética

que assegurem requisições compatíveis com a formação profissional e indiquem uma direção social à profissão. Aponta o desafio de enfrentar a disputa em torno das políticas sociais, as quais têm sido utilizadas para fins eleitoreiros. Encerra sua reflexão considerando a necessidade de ampliação da articulação da profissão com outros países e regiões, através de sua entidade organizativa, reconhecendo a importância da profissão participar da Rede do Serviço Social da região da Macaronésia.

O capítulo 6, intitulado “Particularidades del Trabajo Social argentino: lógicas y tendencias en el ejercicio y la formación profesional”, de Ximena López e Manuel Mallardi, analisa, introdutoriamente, a história da profissão como um campo em disputa. Os autores apresentam o debate sobre as origens da profissão no país, desde os anos 1970 – com o Movimento de Reconceituação – e chegam aos anos 1990 e início dos anos 2000, quando outras leituras sobre o Serviço Social argentino se aproximaram de uma vertente histórico-crítica. Após essa breve introdução, os autores discorrem sobre as mudanças no mundo do trabalho, especialmente após a crise dos anos 1970, e como estas vêm impactando a particularidade do trabalho de assistentes sociais na Argentina, marcado pela precariedade e disciplinamento da força de trabalho. Em seguida, os autores problematizam como se desenvolve a formação em Serviço Social no país, indicando as instituições e titulações disponíveis (inclusive, com diplomações de nível intermediário) e, em um momento posterior, analisam as tendências que, na atualidade, direcionam a formação no país. Os autores identificam uma trajetória de precarização da formação profissional sintonizada com demandas instrumentais, assistencialistas e burocráticas no mercado de trabalho e indicam os desafios e limites postos à profissão na Argentina.

O 7º capítulo, “Espacios socio ocupacionales, condiciones de trabajo y formación del Trabajo Social en Uruguay: dilemas socio históricos y desafíos actuales”, de Adela Claramunt Abbate e Sandra Leopold Costábile, nos traz uma análise sobre a integração do Serviço Social a um processo de secularização da sociedade uruguaia, no contexto do governo de José Batlle, de transição para uma sociedade tipicamente capitalista, de avanço do positivismo e de uma de suas expressões, o higienismo, que muito influenciou a origem do Serviço Social uruguaio. Após contextualizar as origens da profissão, adentram no debate sobre o Serviço Social no Uruguai na contemporaneidade. As autoras apresentam as condições de trabalho atuais dos assistentes sociais, indicando que, apesar da taxa de ocupação ser alta, há forte precariedade do trabalho em diferentes dimensões, como salários muito baixos, contratos temporários e escasso apoio institucional, dentre outras. Analisam, ainda, a configuração de um quadro geral que contém riscos de desprofissionalização e burocratização das intervenções profissionais. As autoras apresentam, por fim, um panorama da formação em Serviço Social, suas origens, tensões e desafios, dentre eles, a ênfase no domínio por saberes técnicos e instrumentais, retornando à origem da profissão pautada na subalternidade e moralização da “questão social”.

O capítulo 8 – “Trabajo y formación en el Trabajo Social de Paraguay” - analisa o período de emergência e institucionalização do Serviço Social no país, em um contexto marcado pelo modelo dependente de capitalismo mundial, de regime ditatorial e de modernização conservadora do país. As autoras - Stella Mary García, Ada Concepción Vera Rojas e María del Carmen García A. - indicam a influência do movimento médico higienista

e a intervenção religiosa na origem do Serviço Social, além da forte tutela norte-americana na formação profissional, com o método de tratamento individual e uma visão técnica/instrumental. Cabe destacar que o Serviço Social no Paraguai, devido à forte ditadura, não teve contato com o Movimento de Reconceituação Latino-Americano, o que só ocorreu no final dos anos 1980, já em um momento de abertura democrática. Os anos 1990 foram o primeiro momento de tentativa de ruptura com o Serviço Social conservador, enquanto, nos anos 2000, houve um importante processo de revisão curricular e aproximação com docentes e entidades da categoria do Cone Sul, com uma perspectiva crítica. Por fim, as autoras indicam como um dos desafios à profissão no Paraguai reposicionar a Assistência Social como um direito e gerar um diálogo no âmbito da profissão, bem como, propõem uma articulação com organizações do Serviço Social no âmbito da formação e da investigação.

O 9º capítulo, “El Trabajo Social en Chile en el contexto del neoliberalismo totalitário”, de autoria de Luis Vivero Arriagada e Gloria Cáceres Julio, nos oferece uma análise da formação e do trabalho em Serviço Social, a partir da instalação da ditadura de 1973 e da implantação de políticas neoliberais sob o terror do Estado chileno. Este período, para a profissão, significou, além dos horrores relacionados à violação dos Direitos Humanos, um importante retrocesso no que diz respeito ao Movimento de Reconceituação. Os autores refletem como a hegemonia neoliberal vem forjando um novo sentido comum, demonstrando a restrição de direitos no quadro do Estado neoliberal e os impactos disso para a profissão e, também, no âmbito da formação. Nesta trajetória centenária, destacam momentos de avanço e de retrocesso na profissão, indicando, na contemporaneidade, profundas mudanças na formação e no exercício profissionais, tais como o aprofundamento do divórcio entre teoria e prática, o descaso em relação ao conhecimento teórico e à análise histórico-política e o avanço de perspectivas neoconservadoras, tecnocráticas e instrumentais. Por fim, ilustram a discussão, por meio de programas que abordam a violência contra mulheres no Chile e a lógica subjacente à execução dos mesmos.

No capítulo 10 – intitulado “Condiciones de trabajo y de formación del Trabajo Social en Colombia” –, os autores Wilson Herney Mellizo Rojas e Roberth Wilson Salamanca Ávila apresentam a origem do Serviço Social, relacionando-a com o processo de modernização capitalista, na quadra monopolista do capital, e a implantação de políticas sociais como resposta à “questão social” no período. Os autores indicam a importância do Movimento de Reconceituação para a transformação da profissão na Colômbia, tanto do ponto de vista organizativo quanto pelo reconhecimento do Estado. Em seguida, analisam a década de 1970, quando o país passou por um período de “democracia restrita” e houve uma expansão da educação, com a criação de várias faculdades de Serviço Social. O pós-1980 representou o ingresso do país em políticas neoliberais e, assim como outros países, a Colômbia vivenciou as consequências de tal processo. Quanto à profissão, indicam-nos que o projeto profissional é atravessado por uma diversidade de enfoques e não há um projeto claramente hegemônico, tanto no exercício quanto na formação profissional. Em seguida, os autores nos apresentam um perfil dos assistentes sociais no país, os campos de intervenção, o perfil ocupacional, condições de trabalho, salariais e abordam questões relacionadas à autonomia profissional. Por fim, os autores analisam a formação, indicando a preocupação

com a mercantilização da educação e a necessidade de um enfoque mais crítico e menos pragmático na formação em Serviço Social.

O 11º capítulo – “Un acercamiento al Trabajo Social en Perú: ejercicio y formación profesional” -, de Georgina A. Pinto Sotelo e Betty Ynés Acosta Gutiérrez, nos apresenta um panorama da profissão e formação no país. As autoras analisam o processo de institucionalização da profissão nos diferentes cenários políticos e econômicos: nos anos 1930, em um contexto de instabilidade política e econômica, com a criação da 1ª Escola de Serviço Social do país. Entre as décadas de 1950 a 1970, quando o país passou por um crescimento econômico, o que permitiu a expansão da formação em Serviço Social e sua integração nas políticas públicas. E, nas décadas de 1980 e 1990, com forte crise econômica e violência política, houve severos impactos na profissão e, ainda, aumento da demanda pela profissão. Desde os anos 2000, as autoras informam que houve uma modernização do Serviço Social, com a incorporação de novas metodologias, em um contexto de crescimento econômico e reformas sociais. Como desafios à profissão no Perú, as autoras arrolam a necessidade de uma reforma curricular, com um currículo básico, com pensamento crítico e reflexivo; a mobilidade docente; o intercâmbio estudantil; a internacionalização das Escolas de Serviço Social e, por fim, construir estratégias para superar o “divórcio entre a academia e o exercício profissional”.

O capítulo elaborado por Rita Meoño Molina e Mariangel Sanche Alvarada, intitulado “Condiciones laborales del Trabajo Social en Costa Rica y desafíos contemporáneos en la formación profesional”, nos apresenta, inicialmente, a formação social do país, que, desde sua independência, em 1821, e depois de uma guerra civil (1948), consolidou um sistema democrático que o diferenciou dos demais países da região. Com a abolição do exército posteriormente à guerra civil, houve a liberação desse gasto e a sua inversão para a área social, o que fez com que a Costa Rica alcançasse padrões sociais bastante distintos dos países vizinhos. Contudo, a partir da década de 1980, a Costa Rica também adotou políticas de corte neoliberal, trazendo uma série de repercussões para a área social, para o mundo do trabalho e, claro, para o Serviço Social, com crescentes níveis de desigualdades. As autoras apresentam o surgimento do Serviço Social, na década de 1940, no contexto de criação de um Estado Social e indicam os diferentes períodos na formação, inicialmente com forte influência norte-americana; passando por um processo de “intenção de ruptura”; um período de afastamento em relação ao pensamento crítico; e, por fim, uma retomada do pensamento crítico na profissão. Indicam-nos que a formação passou por um processo de mercantilização, sendo os espaços de trabalhos dos assistentes sociais também atingidos por processos de reestruturação produtiva, especialmente a partir dos anos 1980. Por fim, as autoras nos apresentam um panorama das condições laborais dos assistentes sociais na Costa Rica e indicam a necessidade premente de ampliação, fortalecimento e socialização das discussões em torno de um Serviço Social Crítico.

O capítulo 13 – “Proceso de institucionalización de la profesión del Trabajo Social en el contexto cubano”, de Iyamira Hernández Pita e Teresa Muñoz Gutiérrez – apresenta acidentada trajetória da profissão no país, indicando fases de avanços e legitimidade e fases de retrocessos, evidenciando as razões que levaram à sua extinção em 1956, no período da Revolução Cubana, quando se consideraram resolvidas as contradições de classe. Mostram que,

apesar das tentativas de criar uma profissão nos moldes do Serviço Social nas quatro primeiras décadas do século passado, tal como ocorreu em outros países da América Latina e Caribe, em razão das particularidades sócio-históricas, políticas e econômicas da Ilha, não estiveram postas as condições para a sua institucionalização. Vinculam a criação da primeira Escola de Trabalho Social, em 1943, à intervenção sistemática do Estado no âmbito da Seguridade e Assistência Social. Fazem um importante destaque para a formação profissional através das Escolas de Formação de Trabalhadores Sociais, criadas na Cidade de Havana em setembro de 2000, e ampliadas para outras regiões do país. O capítulo evidencia que, apesar de haver certo reconhecimento pela necessidade social da profissão, a natureza, significado social e a identidade profissional do Trabalho Social, no país, precisam ser melhor definidos. Por essa indefinição, somente entre os anos de 1998 e 1999, ocorreu a implantação da Licenciatura em Sociologia com concentração em Trabalho Social, na Universidade de Havana, resultado de esforços do Ministério da Saúde Pública e da Federação de Mulheres Cubanas, instituições sociais cuja contribuição na afirmação da profissão no país é bastante mencionada no capítulo. Por fim, apontam alguns aspectos da contemporaneidade que continuam a desafiar o trabalho e a formação profissionais, tais como: possibilitar a formação de um trabalhador social integral, que supere a setorialização, a visão instrumental da profissão, a dicotomia entre teoria e prática, o caráter assistencialista tradicional da profissão. Nessa direção, concluem pela impostergável articulação entre educação-investigação-prática profissional, visando qualificar a profissão para intervir no âmbito de um Estado socialista voltado para a transformação social.

O penúltimo capítulo, que aborda o Serviço Social em Porto Rico – “Apuntes sobre el panorama laboral y formativo del Trabajo Social en Puerto Rico”, de Esterla Barreto Cortez, Mabel T. López-Ortiz e Jesús Manuel Cabrera Cirilo -, nos traz, inicialmente, um breve histórico sobre o processo de colonização da ilha, que passou das mãos da Espanha para as dos Estados Unidos da América, a partir de 1898. A partir desse período, o povo de Porto Rico passa a viver em condições de pobreza extrema, o que é conceituado como “questão social colonial”. Os autores analisam tal processo como resultado da imposição do modo de produção capitalista, em sua fase monopolista, em um território majoritariamente agrícola e em um contexto de relação colonial. Contudo, apesar da extrema pobreza, as ações de assistência ocorrerão somente depois da 1ª Guerra Mundial, por meio da Cruz Vermelha, quando chegam os primeiros assistentes sociais no país, provenientes dos Estados Unidos da América. Os autores problematizam, após essa breve apresentação das origens do Serviço Social em Porto Rico, o período pós-1990, quando são implementadas medidas de corte neoliberal, em um país que permanece circunscrito à relação colonial. A “questão social colonial”, no período pós-década de 1990, passa por significativo recrudescimento, com exacerbação da desigualdade social e precarização das políticas sociais e condições de trabalho, o que atingiu, claro, também o Serviço Social. Quanto à formação, os autores indicam um forte processo de mercantilização da educação superior, o que traz implicações importantes para o Serviço Social.

Por fim, o capítulo 15, de nossa autoria – Larissa Dahmer Pereira e Yolanda Guerra - apresenta a processualidade sócio-histórica constitutiva da gênese da profissão no Brasil, dadas as particularidades do país na divisão internacional do trabalho como país periférico e

dependente e como parte da sua herança escravista-colonial. Em seguida, problematiza, ainda que de maneira breve, as condições atuais em que se encontra a profissão no mercado de trabalho e a atual configuração da educação superior e da formação profissional graduada e pós-graduada de assistentes sociais, indicando a aceleração da mercantilização e do empresariamento da educação, o que incide na constituição de um perfil de profissional apto a responder às exigências de um mercado de trabalho cada vez mais precário. Observa-se, ainda, o aprofundamento de requisições profissionais conservadoras, estranhas à regulamentação da profissão, que compõem o que no Brasil denominamos de projeto ético-político profissional. É preciso enfatizar que, com tal perfil e requisições orientados pela lógica neoliberal de enfrentamento à crise do capital, a direção estratégica deste projeto encontra-se permanentemente ameaçada. Contudo, salientamos o desafio de não sucumbir diante do negacionismo na ciência, da tendência ao antiintelectualismo pragmático, do empreendedorismo intelectual, do produtivismo e da metrificação da produção científica, além do aligeiramento da formação na Pós-Graduação.

Como os leitores poderão observar, trata-se de uma reduzida, mas genuína, amostra da riqueza, pluralidade, diversidade e singularidade que configuram o Serviço Social/Trabalho Social<sup>4</sup> no mundo, cujo teor de inediticidade tende a contribuir, pelo menos, em dois aspectos: em relação ao fortalecimento das relações internacionais tendo em vista a proposição de investigações conjuntas e em relação ao fortalecimento das articulações entre as entidades da categoria que, apesar das suas diferenças organizacionais em torno de Colégio, Conselho, Ordem, Associação, afirmam princípios éticos comuns: a defesa da liberdade, da democracia, dos direitos humanos e da qualidade dos serviços prestados à população. São estes princípios e valores que fundamentam a perspectiva crítica na profissão, herdeira de uma das vertentes do Movimento de Reconceituação, responsável pela renovação da profissão em quase todos os países.

Se, como considera Netto, o movimento de reconceituação exigiu/permitiu a construção da unidade latino-americana contra a perspectiva tradicional/conservadora na profissão, hoje a unidade se encontra nas profundas e indelévels formas de precarização que atingem a classe trabalhadora e, como tal, a profissão, em todos os países e continentes. E essa luta exige unidade na diversidade, de modo que se faz necessária a articulação com os diversos segmentos da categoria, outras profissões e o conjunto da classe trabalhadora.

No ano em que a profissão comemora seus 100 (cem) anos de existência na América Latina, esse breve balanço, que expõe nossos desafios, é mais do que necessário.

Niterói, dezembro de 2024.  
Profª. Larissa Dahmer Pereira  
Profª. Yolanda Guerra

---

<sup>4</sup> O leitor observará que, ao longo da Coletânea, os autores utilizam as expressões “Serviço Social” e “Trabalho Social”, a depender do país, o que se relaciona com as discussões internas da profissão em cada país e, parcialmente, com uma revisão/posição mais crítica ou não da profissão, considerando-a uma profissão inscrita na divisão social do trabalho e, portanto, enquanto um trabalho assalariado. No Brasil, não adotamos o termo Trabalho Social, embora tenhamos feito um importante processo de revisão crítica da profissão, pelo menos há 4 (quatro) décadas.